

A Dr.ª Raquel de Lurdes Asseiro Teiga, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente MATERFEIRA — Comércio de Materiais de Construção, Unipessoal, L.ª, número de identificação fiscal 504117971, com sede na Rua de São Paulo de Sá, 10, Feira, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

27 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Raquel de Lurdes Asseiro Teiga*. — O Oficial de Justiça, *Dores Vieira*. 3000219393

#### 4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

##### Anúncio

Processo n.º 1083/06.5TBVFR.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor: Instituto de Solidariedade e Segurança Social, I. P.

Insolvente: Maria de Fátima Custódio, Unipessoal, L.ª, e outro(s).

##### Convocatória de assembleia de credores

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Maria de Fátima Custódio, Unipessoal, L.ª, número de identificação fiscal 505413078, Rua de Talegre, Pousada, 4520 Souto; Administrador da insolvência: Dr.ª Maria Alcina Fernandes, Rua de São Nicolau, 42, 1.º, esquerdo, 4520-248 Santa Maria da Feira;

ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 29 de Novembro de 2006, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do plano de insolvência.

Fica ainda notificado de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia todos os documentos referentes ao plano de insolvência se encontram à disposição dos interessados na secretaria do Tribunal.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

23 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Anabela Saraiva*. — O Oficial de Justiça, *Regina Sousa*. 3000219397

#### 2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

##### Anúncio

Processo n.º 3877/06.2TBSTS.

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).

Insolvente: Zatama-Têxtil, L.ª

Efectivo com. credores: Trofa — Serviço de Finanças e outro(s).

##### Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Zatama-Têxtil, L.ª, número de identificação fiscal 505640040, Rua de Alfredo Costa Peniche, 121, São Martinho de Bougado, 4785 Trofa;

Administrador da insolvência: Armando Rocha Gonçalves, Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 386, Porto, 4200-186 Porto;

ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado, por sentença de 31 de Outubro de 2006.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência de massa.

Efeitos do encerramento — os previstos no artigo 233.º do CIRE, prosseguindo o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado.

3 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Porfirio Vale*. — O Oficial de Justiça, *António Borges*. 3000219639

#### 3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

##### Anúncio

Processo n.º 3538/06.2TBSTS.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Credor: Direcção-Geral dos Impostos do Porto.

Insolvente: Amândio Oliveira Serra e outro(s).

Insolventes: Amândio Oliveira Serra, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 160993083, bilhete de identidade n.º 8615015, Rua de António Moreira Costa, 121, Santiago de Bougado, 4785 Trofa, e Maria Assunção Ferreira Santos Serra, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 188843124, bilhete de identidade n.º 9310327, Rua de António Moreira Costa, 121, Santiago de Bougado, 4785 Trofa;

Administradora da insolvência: Cecília Sousa Rocha, lugar de Valvide, 3.ª casa, Recarei, 4585-643 Recarei;

ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência de massa insolvente.

19 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Carlos Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Maria Inês Lavandeira*. 3000218649

#### 4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

##### Anúncio

Processo n.º 4611/06.2TBSTS.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Requerente: Ministério Público.

Devedor: Santos & Serra — Serralharia, L.ª

No 4.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Santo Tirso, no dia 20 de Outubro de 2006, pelas 19 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Santos & Serra — Serralharia, L.ª, número de identificação fiscal 505178583, Rua de António Moreira da Costa, 121, 4785 Trofa, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor Amândio de Oliveira Serra, Rua de António Moreira da Costa, 121, São Tiago de Bougado, 4785 Trofa, e Maria da Assunção Ferreira dos Santos, Rua de António da Costa, 121, Santiago do Bougado, 4785 Trofa, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para administrador da insolvência é nomeada Graciela Marisol Coelho, Rua de Fradique Morujão, 260, 4460-322 Senhora da Hora.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE);

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 21 de Dezembro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

23 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela Guedes*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Oliveira*. 3000219538

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES NOVAS

### Anúncio

Processo n.º 1271/06.4TBTNV.

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).

Devedor: Joaquim Augusto Carreira, L.<sup>da</sup>

Credor: António Rodrigues de Matos e outro(s).

No 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Novas, no dia 3 de Novembro de 2006, pelas 18 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Joaquim Augusto Carreira, L.<sup>da</sup>, número de identificação fiscal 500574464, Largo do General Humberto Delgado, 56, Torres Novas, 2350-575 Torres Novas, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor António Rodrigues de Matos, bilhete de identidade n.º 1640876, Rua da Nossa Senhora das Neves, 22, Parceiros de Igreja, 2350 Torres Novas, e Maria da Conceição Matos Filipe, número de identificação fiscal 142030147, bilhete de identidade n.º 5520999, Rua de Nossa Senhora das Neves, 22, Parceiros de Igreja, 2350 Torres Novas, a quem é fixado domicílio na sede do devedor: Largo de Humberto Delgado, 56, 2350 Torres Novas.

Para administrador da insolvência é Luís Miguel Duque Carreira, Rua do General Trindade, apartado 20, 2485-135 Mira de Aire.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

A administração da insolvente é assegurada pelo próprio devedor pois o mesmo a requereu, apresentou um plano de insolvência que prevê a continuidade da exploração da empresa por si próprio e, neste

momento, face aos elementos constantes dos autos, não existem dados que permitam reear atrasos na marcha do processo ou outras desvantagens para os credores, sem prejuízo do disposto no artigo 228.º do CIRE.

Contudo a sua actividade será fiscalizada, nos termos do artigo 226.º do CIRE, pelo administrador da insolvência.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que dispõem;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE);

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 18 de Janeiro de 2007, pelas 9 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea e) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

7 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Silvia Rosa Pires*. — O Oficial de Justiça, *Maria Felisbela M. Carvalho*. 1000307811

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

### Anúncio

Processo n.º 671/05.1TYLSB.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor: Graça & Irmão, L.<sup>da</sup>

Insolvente: Actividades Hoteleiras e Similares, L.<sup>da</sup>

No 1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, no dia 18 de Outubro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração